



## **ATA DE REUNIÃO REALIZADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REVISÃO TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAAE DE VICOSA**

Aos 07 dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas e vinte e um minutos, no plenário da câmara municipal de Viçosa, Minas Gerais, o diretor geral da ARIS-MG, Gustavo Gastão, deu início a audiência pública, apresentando toda a equipe presente da agência, a saber: Alex Alves, coordenador de regulação, Rodrigo Medeiros, analista de regulação, Eliziane do Amaral, analista de regulação e Danielle Alvarenga, ouvidora. Após saudação de todos os presentes que assinaram lista de presença anexa a esta ata, o coordenador Alex deu início a apresentação. Inicialmente, foi apresentada alguns números gerais em relação a agência. O coordenador também destacou os instrumentos jurídicos (termo de convênio celebrado entre prefeitura e agência e a Lei Federal 11.445/2007) que delegam o poder de fiscalização dos serviços de água e esgoto em Viçosa para a ARIS-MG. Nesse momento, foi explicado a importância e a função da regulação nos serviços de saneamento, a saber, manter o equilíbrio das relações entre os todos atores inseridos dentro do contexto do saneamento. Para fundamentar a revisão tarifária, Alex apresentou o art. 29 da Lei 11.445/2007 que disserta sobre a necessidade da sustentabilidade financeira dos serviços. Visando deixar claro o objetivo de uma revisão tarifária, Alex explicou as principais diferenças entre revisão ordinária e extraordinária, além dos objetivos do reajuste tarifário. O coordenador apontou que, neste momento, o SAAE de Viçosa está passando por uma revisão ordinária. Alex explicou que a revisão tarifária anterior foi atrasada devido a avaliação de documentos referentes a necessidades de investimentos da autarquia, o que gerou uma revisão extraordinária em janeiro de 2024. Após essa explanação, foi dado início a apresentação dos resultados. Começando pela área comercial, Alex a partir do relatório técnico informou aos ouvintes que, em geral, houve um crescimento de 1,84% no número de economias durante o ciclo tarifário de 2021-2024. Além disso, o nível de consumo médio da população também se elevou ligeiramente de 9,36m<sup>3</sup> para 10,29m<sup>3</sup> durante o ciclo tarifário. O coordenador destacou também que esse nível de consumo está próximo da média estadual e abaixo da média nacional. Analisando os resultados financeiros, durante o ciclo tarifário, a principal despesa que cresceu durante o ciclo tarifário, em termos absolutos, foi a despesa com material de consumo. Porém, a energia elétrica e material químico apresentaram uma queda durante o ciclo, indicando um possível ganho de produtividade do SAAE durante esse período. Em relação aos investimentos, foi verificado no estudo técnico que o SAAE executou 97% do valor previsto no ciclo tarifário para despesas de capital e amortizações. Com relação aos níveis de receita, Alex comentou, de acordo com os dados do relatório técnico, que o faturamento médio do SAAE superou a projeção em 3%, no entanto, a arrecadação efetiva ficou 4% abaixo do estimado. Após apresentar esse resumo do estudo tarifário, Alex explicou quais são os procedimentos realizados para o início, desenvolvimento e conclusão da revisão ordinária, destacando que todos os detalhes podem ser acessados na resolução ARIS-MG 088/2023. Continuando a apresentação, Alex mostrou os valores considerados como base para compor a receita requerida, que são advindos das despesas operacionais atualizadas por indicadores inflacionários oficiais. Alex também explicou que, pelo fato do SAAE também realizar serviços de

limpeza urbana, foi necessário segregar as despesas por centro de custos e aplicar um critério de rateio por absorção no centro de custo administrativo. Um ponto que também foi destacado durante a apresentação pelo coordenador foi que a inadimplência corrente das faturas está 6,92%, um valor considerado elevado e que merece atenção do SAAE. Em relação a situação financeira geral da autarquia, Alex informou que, no período avaliado (outubro de 2023 a setembro de 2024), o SAAE apresentou um pequeno superávit financeiro. No entanto, foi mencionado que o resultado orçamentário não reflete a mesma condição, pois a existência de despesas empenhadas e não liquidadas altera a dinâmica fiscal, impactando a real disponibilidade de recursos. Também foi apresentado que o novo ciclo tarifário terá duração de 48 meses, com reajustes anuais baseados na inflação. Alex detalhou as despesas futuras que o SAAE precisará arcar no próximo ciclo tarifário, as quais envolvem investimentos planejados e outras obrigações financeiras assumidas pela autarquia. Foi destacado que o SAAE possui provisões para a quitação dos financiamentos junto ao BDMG, FINISA I e FINISA II, além da necessidade de dispêndios financeiros para cobrir o déficit atuarial do IPREVI, o qual representa um montante significativo. Alex destacou que algumas obrigações possuem mais de 48 meses, entretanto, o montante considerou apenas a quantia a ser paga nos próximos 48 meses. O coordenador enfatizou que, devido ao volume significativo de investimentos, essas ações devem ser incluídas no PPA do município, a fim de facilitar a fiscalização e o monitoramento desses recursos. Alex esclareceu que foi necessária uma revisão na estrutura tarifária para acomodar ajustes relativos à tarifa social, em conformidade com a Lei Federal nº 14.898/2024 e a Resolução da ARIS-MG nº 140/2024. Foi informado que a tarifa social agora contará com o nível II, oferecendo um desconto de 50% nas contas das famílias de baixa renda, além da tarifa social nível I, já existente, destinada às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O cadastramento dessas famílias deve ser feito pelo SAAE e, conforme o cadastro avançar e superar a projeção da agência, o SAAE deve comunicar ao regulador para verificação de sua sustentabilidade econômico-financeira. Alex informou que essa medida foi adotada como forma de suavizar o impacto tarifário aos demais usuários. O coordenador mencionou ainda que a estrutura tarifária foi revisada, conforme solicitado pelo SAAE no ofício 138/2024. As modificações consistem principalmente em ajustes nos intervalos das faixas de consumo, com o objetivo de alinhar a nova estrutura tarifária aos modelos adotados por outros prestadores de serviços, considerados como referência pelo SAAE. Alex apresentou a composição da receita tarifária necessária para a prestação do serviço, explicando que ela foi elaborada com base nas projeções financeiras para o ciclo tarifário de 48 meses. Após calcular a receita de referência, foi demonstrada a defasagem entre a receita tarifária atualmente praticada e a receita tarifária requerida para o ciclo, o que resultou na necessidade de um reajuste médio de 28,04% nas tarifas de água e esgoto. Após a apresentação do índice de reajuste médio, Alex exibiu a nova estrutura tarifária com todas as 7 categorias e as novas faixas de consumo. Além disso, os novos valores de cada categoria foi exibido, destacando os valores da categoria residencial, onde na faixa de 10m<sup>3</sup> o aumento na cobrança foi de R\$ 14,69. Alex também apresentou o peso das tarifas sobre a renda familiar segundo a faixa de renda destas. De acordo com o relatório técnico, nas famílias que recebem até 1 salário-mínimo, o impacto da tarifa social proposta é no máximo 2,21% da renda dessas famílias o que destaca que mesmo que o aumento médio da tarifa tenha sido elevado, o impacto

não ultrapassa os 3% da renda, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde e Nações Unidas. Para finalizar a apresentação, Alex apresentou um quadro comparativo das tarifas de alguns municípios regulados pela agência, seguido das conclusões finais. Destacou a importância de o SAAE definir estratégias para a expansão da tarifa social e viabilizar o cruzamento entre a base de dados do CadÚnico e a base comercial, com o objetivo de permitir o registro automático dos usuários elegíveis. Foi mencionada também a necessidade de criação de uma conta específica para investimentos, com a finalidade de controlar os recursos destinados a essa finalidade ao longo do ciclo tarifário de 48 meses. Estima-se que 15,67% da receita tarifária mensal arrecadada será alocada para essa conta. Por fim, Alex encerrou a apresentação, deixando o espaço aberto para dúvidas e sugestões. Um dos ouvintes da audiência, o Sr. João Francisco de Paula Pimenta, se apresentou como membro do conselho municipal de saneamento e comentou da importância da audiência e mencionou que apenas três ouvintes presentes não era pessoas ligadas ao SAAE ou à agência. João comentou que recebeu o convite apenas poucos dias antes da audiência e que deveria haver maior divulgação, pois era importante a participação pública. Questionou o tempo de consulta e que este deveria ser estendido. O Sr. João também comentou que faltava uma maior ligação do estudo tarifário com o PMSB. Uma maior ligação poderia ajudar no cumprimento das metas de curto, médio e longo prazo do PMSB. João sugeriu que fosse previsto a revisão do plano de ação do SAAE no momento em que houver a revisão do PMSB. João também destacou que nas faixas mais elevadas de consumo o impacto do aumento das tarifas é menor e que isso não vai ao encontro com a ideia de justiça social. João questionou se era possível realizar uma avaliação de renda naqueles usuários inadimplentes, pois isso poderia ajudar a reduzir os valores cobrados na tarifa social com a arrecadação dos inadimplentes. O Sr. João também questionou como seria regulado a inclusão dos cadastros na tarifa social pela agência, perguntou qual seria o tipo de fiscalização e acompanhamento que seria realizado. O vereador Idelmino também pediu a palavra para comentar que a participação da câmara é necessária, mas que é difícil, pois se os legisladores participam são cobrados por serem coniventes com aumentos e, por outro lado, quando não participam são chamados de omissos. Também comentou que a questão do IPREVI e empréstimos para o término da construção da ETE são um peso significativo no orçamento do SAAE e podem complicar a sua operacionalização. Por fim, o vereador presente comentou sobre as obras finais da ETE que vão demandar investimentos para fazer interligações e outras ações para levar o esgoto até a ETE e que vão precisar de discussão com o SAAE para entender de será necessária a realização de novos financiamentos para a conclusão integral da obra. Em relação a esta última fala do vereador, o diretor de planejamento do SAAE, Ruan Diego Ferreira, informou que não uma previsão do valor desses investimentos, pois ainda estão na fase de projetos. Complementando esta fala, a diretora presidente do SAAE, Mausarene das Graças Guedes Viana, informou que não previsão de valores, pois, primeiramente, a contratação de projetos para realizar o planejamento se faz necessária e que a ideia é que com os projetos elaborados e concluídos a busca por recursos externos ficará mais fácil. A pergunta do Sr. João foi inicialmente respondida pelo diretor-geral da Agência, Gustavo Gastão, que destacou que a agência já está avaliando outras formas de alavancar a participação social. Uma dessas iniciativas é a realização de audiências públicas virtuais, com base em casos de sucesso praticados por



outras agências. Alex respondeu aos demais questionamentos, explicando que o impacto menor nas faixas de consumo superiores está relacionado à revisão da estrutura tarifária. No entanto, ressaltou que esses usuários de maior consumo continuam pagando uma tarifa por m<sup>3</sup> superior à tarifa média, o que indica que eles ainda geram algum grau de subsídio para as tarifas dos menores consumidores. Também foi mencionado que as ações de investimentos apresentadas pelo SAAE estão alinhadas com as metas do PMSB, que incluem o aumento da capacidade de reservação, a conclusão da ETE, obras nos interceptores de esgoto e a expansão do serviço tanto na sede quanto na área rural. Por fim, foi destacado que a tarifa social será objeto de monitoramento pela Agência, a qual deverá informar de forma recorrente se o SAAE e outros prestadores regulados estão cumprindo a legislação federal que disciplina a tarifa social em nível nacional. Não havendo mais perguntas, a equipe ARIS-MG agradeceu a presença e atenção de todos e encerrou a audiência às 19h09. Nada mais havendo para registrar, encerro esta ata que será assinada pelos membros presentes da equipe da ARIS-MG.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D80D-7D71-001D-A46F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEX RODRIGUES ALVES (CPF 086.XXX.XXX-01) em 10/03/2025 17:28:33 GMT-03:00

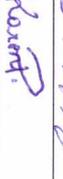
Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://arizm.1doc.com.br/verificacao/D80D-7D71-001D-A46F>

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA - MG  
 DIA: 7 DE MARÇO DE 2025 - LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA HORÁRIO: 17H00.

NOME	E-MAIL	ASSINATURA
Eliziane do Amaral	elizianeamaral0404@gmail.com	
Rodrigo DE VASCONCELOS VIANA MEDEIROS	pedriconevasconcellos.medeiros@gmail.com	
Maurisane das Graças Guedes Viana	maurisanegraçasviana.mg.gov.br	
Fulson Diego E. Fehrborg	SADEAMENTO@SADEVICOSA-MG.GOV.BR	
Jucen Campos Monteiro Gomes	comunidade@saevicosa.mg.gov.br	
MARCONI JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA	MARCONIJC@YAHOO.COM.BR	
_____/_____/_____	JURIDICO@JOSERVICAO.NI.GOV.BR	
JOÃO FRANCISCO DE FREITAS LIMENTA	Joao.Limenta@CEV.BR	
Kleon P da Silva	ortodontia@saevicosa.mg.gov.br	
Daniele matheus Rodrigues	12danielamatheusrodrigues@yahoo.com.br	
MARCELO SILVA CASTRO	marceloscastro@yahoocom.br	
Eli Mentem de Azevedo	ERLIMDIAS@GMAIL.COM	
FABRIZIO DE ARAÚJO	FABRIZIO@YAHOO.COM	
Jeferson de Azevedo	jeferson.azevedo@gmail.com	
Alex R. Alves		
Eustáquio Castro		